

sideração as disposições transitórias previstas no Artigo 9.º do último diploma e a norma interpretativa estatuída no Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 239/2006, de 22 de dezembro:

Quadro de Sargentos MELECA

SCH MELECA RES-QPfe 036583-B Luís António Ruivo Ferreira — MOB

2 — Conta esta situação desde 3 de maio de 2016.

3 — Transita para o ARQC desde a mesma data.

3 de maio de 2016. — Por subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Diretor, *José Alberto Figueiro da Mata*, MGEN/PILAV.

209576886

Portaria n.º 159/2016

Artigo único

1 — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar em seguida mencionado passe à situação de reforma, nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do Artigo 161.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, tendo em consideração as disposições transitórias previstas no Artigo 9.º do último diploma e a norma interpretativa estatuída no Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 239/2006, de 22 de dezembro:

Quadro de Oficiais TMMA

CAP TMMA RES-QPfe 017529-D Luis Miguel Baleizão Fragueiras — MOB

2 — Conta esta situação desde 10 de maio de 2016.

3 — Transita para o ARQC desde a mesma data.

10 de maio de 2016. — Por subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Diretor, *José Alberto Figueiro da Mata*, MGEN/PILAV.

209576942

Direção de Finanças da Força Aérea

Despacho n.º 6685/2016

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no Chefe da Secção de Orçamento, CAP/ADMAER/134652-A Paulo Manuel Vilas Boas Morais, a competência que me foi subdelegada pelo n.º 1 do Despacho n.º 2958/2016, de 13 de janeiro, do Diretor de Finanças da Força Aérea, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2016, para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços e relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até ao montante de € 10.000,00.

2 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 4 de novembro de 2015, ficando deste modo ratificados todos os atos entretanto praticados pela entidade subdelegada e que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

1 de março de 2016. — O Chefe do Serviço Administrativo e Financeiro, *COR/ADMAER Armindo Manuel Elias Barroso de Sampaio*.

209574058

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna

Despacho n.º 6686/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e na alínea *a)* do artigo 16.º do decreto-lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero do cargo de Adjunto do meu Gabinete, a seu pedido, o licenciado António Paulo da Costa Moreira de Sá, para o qual havia sido nomeado pelo Despacho n.º 15641/2015, de 22 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 254, de 30 de dezembro de 2015.

2 — Ao cessar as suas funções é de elementar justiça manifestar reconhecimento e público louvor ao licenciado António Paulo da Costa Moreira de Sá, nomeadamente pela competência, empenho, exemplar dedicação institucional e profissionalismo com que sempre tratou todos os assuntos, enquanto Adjunto do meu Gabinete, manifestando sempre profunda lealdade no exercício das complexas funções que lhe foram cometidas, no seio do Ministério da Administração Interna. Estas qualidades foram determinantes para o sucesso do trabalho desenvolvido durante os primeiros meses do XXI Governo. As suas qualidades pessoais, os conhecimentos e a experiência de que deu prova e o elevado sentido de serviço público, sempre manifestado, impõem como justo este público louvor.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de maio de 2016.

10 de maio de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, *Maria Isabel Solnado Porto Oneto*.

209578043

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Aviso n.º 6371/2016

Notifica-se o Agente Principal M/144811, José Manuel Pinto Gonçalves, do Comando Regional dos Açores, de que lhe foi deduzida acusação no processo NUP 2015ACR00050DIS, fazendo-lhe saber que tem 30 dias, para, querendo, apresentar defesa e requerer a produção de prova, podendo consultar o processo, no Comando Regional dos Açores, nas horas normais de expediente, nos termos dos artigos 81.º, n.º 2, e 83.º do Regulamento Disciplinar da PSP, aprovado pela Lei n.º 7/90, de 20 de fevereiro.

10-05-2016. — A Diretora do Gabinete de Deontologia e Disciplina, *Fernanda Laura Guerreiro Delca Portinha*.

209575565

JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Declaração de retificação n.º 498/2016

Por ter sido publicado com inexatidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10.05.2016, o Despacho (extrato) n.º 6178/2016, a P. 14677, retifica-se que onde se lê «Rui Manuel Gomes Leitão, escrivão de direito [...] com efeitos a 9 de maio de 2016.» deve ler-se «Rui Manuel Gomes Leitão, escrivão de direito [...] com efeitos a 8 de abril de 2016.»

10 de maio de 2016. — A Diretora de Serviços, *Eva Pinto Jorge*.

209576164

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 6687/2016

Por despacho de 2016.04.19 do Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo:

Foi autorizada a licença sem remuneração, por um período de 4 meses, a partir de 25.05.2016, ao Especialista Auxiliar, Mestre Paulo Sérgio Sousa Silva, nos termos do n.º 1 do artigo 280.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de maio de 2016. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*, Chefe de Área.

209576197

CULTURA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6688/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro,

designo para exercer as funções de apoio técnico administrativo no meu gabinete Ana Margarida Soares Heitor de Bellegarde Machado.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 14 de abril de 2016.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de abril de 2016. — O Ministro da Cultura, *Luís Filipe Carrilho de Castro Mendes*.

Nota curricular

Nome: Ana Margarida Soares Heitor de Bellegarde Machado.

Data de Nascimento: 17 de junho de 1983.

Habilitações Académicas: Licenciatura em Prótese Dentária na Escola Superior de Saúde Egas Moniz.

Experiência Profissional:

De 26 de novembro de 2015 a 14 de abril de 2016 exerceu funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete do Ministro da Cultura do XXI Governo Constitucional;

De 30 de outubro a 26 de novembro de 2015 exerceu funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete da Ministra da Cultura, Igualdade e Cidadania do XX Governo Constitucional;

De junho de 2012 a 30 de outubro de 2015 exerceu funções de apoio de Secretariado aos Secretários de Estado da Cultura, nomeadamente, na organização da agenda, tratamento do correio eletrónico institucional, organização de reuniões, atendimento personalizado para os membros do governo e organização e resposta dos convites recebidos;

De 2010 a junho de 2012 exerceu funções de receção e acompanhamento dos visitantes bem como no apoio à organização e protocolo de eventos oficiais nos gabinetes de apoio dos membros do Governo da área da Cultura;

De 2007 e 2011 exerceu funções de gestão de recursos humanos e contabilidade de clínicas dentárias, na Medifides — Prestação de Serviços Médicos e médicos Dentários, L. da;

Exerceu funções de monitora da componente de Apoio à Família, através do desenvolvimento de atividades culturais e educativas para um grupo de crianças dos 6 aos 10 anos, numa escola de um bairro social da Junta de Freguesia do Beato;

Exerceu funções de Secretariado da Conferência sobre Ajuda Humanitária, em 2007;

Exerceu funções de técnica de prótese dentária entre 2006 e 2007; Participação na organização de eventos no Cinema São Jorge.

209574811

Despacho n.º 6689/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunta do meu gabinete a licenciada Anabela Antunes Carvalho, técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Património Cultural, afeta ao Museu Nacional de Arte Contemporânea/Museu do Chiado/Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pela Direção-Geral do Património Cultural e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 20 de abril de 2016.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

28 de abril de 2016. — O Ministro da Cultura, *Luís Filipe Carrilho de Castro Mendes*.

Nota curricular

Nome: Anabela Antunes Carvalho

Data de nascimento: 5 de dezembro de 1959

Habilitações Académicas:

Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1979-1983)

Experiência profissional:

Técnica Superior da Direção-Geral do Património Cultural afeta ao Museu Nacional de Arte Contemporânea — Museu do Chiado, cuja equipa integrou em fevereiro de 2006.

Entre fevereiro de 2012 e março de 2013 exerceu, em regime de substituição, o cargo de Subdiretora-Geral da Direção-Geral do Património Cultural.

Entre 2007 e 2009, colabora com a Câmara Municipal de Lisboa na elaboração do projeto de criação da Fundação África.Cont (Centro de Culturas Africanas) em Lisboa.

Em 2006, a convite da Professora Raquel Henriques da Silva, integra a equipa que assessorou o Comissariado da Baixa-Chiado no âmbito da elaboração da proposta de Revitalização da Baixa-Chiado concluída em setembro de 2006.

Em abril de 2004 a convite da Vereação da Cultura da CML é requisitada ao Instituto Português de Museus e nomeada Diretora do Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa.

Entre janeiro de 2000 e abril de 2004 exerceu o cargo de Diretora de Serviços de Museu, do então Instituto Português de Museus, onde foi responsável pela coordenação e acompanhamento da execução dos planos de atividades dos serviços centrais e dos museus dependentes, nas áreas do estudo, divulgação e conservação das coleções, da formação, da manutenção, requalificação e valorização dos espaços onde os museus se encontram instalados, das lojas de museus e da obtenção de mecenato.

Integra o grupo de contacto permanente entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação com vista à articulação das políticas relativas ao ensino artístico e formação de públicos, por despacho de nomeação n.º 533/2000, publicado no *Diário da República* n.º 115, de 18 de maio de 2000.

Integra o grupo de trabalho que procedeu à Definição dos Bens Culturais Móveis dos Museus Tutelados pelo Instituto Português de Museus a Classificar como Bens de Interesse Nacional, cujo relatório final seria entregue ao Ministro da Cultura em dezembro de 2003.

Em novembro de 1996 é convidada pelo Comissariado do Pavilhão de Portugal da Exposição Mundial de Lisboa — Expo'98 para integrar a equipa responsável pela definição e execução dos conteúdos programáticos da participação portuguesa e em fevereiro de 1998 é nomeada Diretora do Pavilhão de Portugal no âmbito da Área de Operações da Parque Expo'98 S. A.

Na fase pós-Expo coordena a desmontagem do Pavilhão e elabora o relatório final quantificado das atividades do Comissariado de Portugal, apresentado ao governo português em março de 1999.

Entre 1992 e 1996 integra a equipa fundadora do Instituto Português de Museus na coordenação e gestão de projetos de remodelação e reabilitação do conjunto de museus dependentes, nas componentes de arquitetura e gestão orçamental.

Responsável pela elaboração das candidaturas aos Programas de Financiamento Comunitário.

Participa no grupo de trabalho, nomeado pelo Ministro da Educação através do Despacho n.º 137/ME/96 de 1 de junho, para conceção do projeto global da criação do Instituto Histórico da Educação, coordenado pelo Professor António Sampaio da Nóvoa.

Participa no projeto NEMUS (New Employment Museums), um projeto comunitário envolvendo a Comissão Europeia e nove instituições dos Estados-membros, com o objetivo de estudar e avaliar as possibilidades de criação de emprego ligadas às inovações da gestão museológica.

Entre 1987 e 1992 exerce funções de Técnica Superior no então Instituto Português do Património Cultural.

209587853

Despacho n.º 6690/2016

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, que institui a orgânica do XXI Governo Constitucional, do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 102/80, de 9 de maio, do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e dos artigos 44.º a 50.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, delego no Conselho Administrativo do Fundo de Fomento Cultural, presidido e representado pela sua presidente, licenciada Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor, as seguintes competências:

a) Assinar protocolos de apoio financeiro a suportar pelo orçamento do Fundo de Fomento Cultural até ao montante referido na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual;

b) Exercer os poderes de conformação contratual, liberar cauções, aplicar sanções contratuais e resolver contratos, sendo caso disso, nos